

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDI SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quêlse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quêlse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES
Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondi Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES
Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato

Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotó Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

RESOLUÇÃO Nr. 32/72

DATA: 15 de setembro de 1972.

SÚMULA: Aprova os termos do convênio celebrado entre a Secretaria de Agricultura e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, objetivando a instalação de um posto rural de revenda de produtos agropecuários à agricultores e criadores do Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos do convênio celebrado em 14 de janeiro de 1973, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, objetivando a instalação de um posto rural de revenda de produtos agropecuários à agricultores e criadores do Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 15 de setembro de 1972.

a) Wilson Fortes — Presidente.

**2ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 148.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 29 de Setembro de 1972 - 6.ª-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Lázaro Dumont.

As 9,30 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nr. 67-72, Veto apostado ao Projeto de Lei nr. 25-71, de autoria do Sr. Deputado David Federmann, dá nova redação ao Parágrafo Único, do Art. 195, da Lei Complementar nr. 6.174, de 16-11-70 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO). Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para o dia 9 de outubro, segunda-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nr. 68/72.

Levanta-se a Sessão.

**2ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 149.ª Sessão Ordinária
Realizada em 29 de Setembro de 1972 - 6.ª-Feira)**

Presidência do sr. Deputado Quielse Crisóstomo, secretariada pelos srs. Deputados Gilberto Carvalho e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte:

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Wenceslau Glaser Neto.

Outrossim, solicito, de acordo com a decisão da Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1972.

(a) Erondy Silvério.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de congratulações à Fundação Telepar, órgão que congrega os Funcionários da Companhia de Telecomunicações do Paraná, e que tem como um dos principais objetivos a integração do elemento humano, capaz de harmonizar o capital e a força de trabalho, valorizar o ser humano e desenvolver a comunidade.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento ao presidente da entidade, Senhor Amaury Joel Bley Piazzetta.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1972.

(a) — Jorge Sato.

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, requerem após ouvido o Plenário, um voto de aplausos aos Deputados Adauto Bezerra, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e Vitorino James, Presidente da U.P.I., pela brilhante organização do VI Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas. Ambos os Presidentes envidaram todos os esforços no sentido de que o conclave alcançasse os objetivos colimados, com vistas ao prestigiamento do Poder Legislativo. Os Presidentes da Assembléia do Ceará e da U.P.I. esmeraram-se em organizar e coordenar os serviços do Congresso e propiciar um clima de cordialidade e amizade entre os parlamentares de todo o Brasil.

Graças ao dinamismo, o Deputado Vitorino James foi reeleito Presidente o que garante os trabalhos brilhantes da U.P.I.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1972.

(a) — Wilson Fortes.

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados, membros da Delegação ao VI Congresso Brasileiro de Assembléias, com base no Regimento Interno, requerem, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa um voto de aplausos ao Governador do Ceará, Eng.º Cesar Cals pelo prestigiamento ao Poder Legislativo que demonstrou durante o Conclave.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1972.

(a) — Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

O Governador Cesar Cals tomou parte em todas as reuniões da UPI, evidenciando desta forma o seu apreço pela classe política brasileira. Os congressistas sentiram que no Estado do Ceará reina uma harmonia perfeita entre os Poderes que unidos, lutam pelo desenvolvimento e bem estar social. O Executivo Cearense governa com a participação do povo através dos políticos, demonstrando que não se pode governar sem a presença do povo através de seus representantes.

Em seu pronunciamento aos Parlamentares o Eng.º Cesar Cals pregou a integração dos Poderes, defendendo o diálogo, pois só através desse é que se encontram as soluções almejadas. Advogou a necessidade de prestigiamento da classe política, o que aliás sentimos concretamente na sua administração.

A administração do Ceará baseia-se na harmonia dos Poderes, no prestigiamento ao político e adequação entre os valores técnicos e sociais, do que resulta um surpreendente progresso.

Estas são as razões que nos levam a propor o presente Requerimento para que fique registrado nas Atas deste Poder Legislativo a admiração, o apreço e o agradecimento dos políticos do Paraná ao Governador Cesar Cals que sabe valorizar a classe que representa o povo e escalar os valores do campo da administração pública.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer, ouvido o Plenário, o registro na Ata dos presentes trabalhos, de um voto de regozijo pelo transcurso nesta data, do centenário de nascimento do inesquecível Professor Elysio de Oliveira Vianna, Patrono da Associação de Ensino Novo Ateneu, desta Capital.

Requer, ainda, que da manifestação da Casa, seja dado conhecimento à Direção daquela prestigiosa entidade, através de expediente próprio.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1972.

(a) — Quielse Crisóstomo.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 169-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Autoriza o Poder Executivo, a criar para o ano letivo de 1973, um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Reneanópolis, Município de Sengés.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1972.

(a) — Francisco Escorsin.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Reneanópolis, com uma sede em franco progresso, com uma população numerosa, distanciado da sede de Sengés, numa extensão de vinte quilômetros aproximados, sua laboriosa população reclama com justiça, a instalação e funcionamento de um Ginásio Estadual.

Pela estimativa procedida, as crianças que concluíram o curso primário e deverão frequentar o curso ginasial, atinge a um número superior a cem alunos.

Pelas razões expostas, é justo e legítimo o presente Projeto solicitando-se a aprovação dos nobres Pares.

Projeto de Lei n. 170-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Autoriza o Poder Executivo a criar para o ano letivo de 1.973, um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Vila Yolanda, Município de Ubatatã.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1972.

(a) — Francisco Escorsin.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Vila Yolanda, com sede em franco progresso, com uma população numerosa, distanciado que é da sede de Ubatatã, numa extensão de vinte quilômetros, sua laboriosa população reclama com justiça, a instalação e funcionamento do Ginásio Estadual.

Pela estimativa procedida, o número de alunos que devem frequentar o Ginásio pleiteado, atinge a um número superior a cento e cinquenta alunos.

Pelas razões evocadas, é justo e legítimo o presente Projeto de Lei, em razão de que o submeto aos nobres Pares desta Egrégia Assembléia, solicitando que seja aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente srs. Deputados.

Relatávamos desta Tribuna, na sessão de ontem, as condições calamitosas por que passam as populações dos Municípios do sudoeste, face às violentas chuvas que desabaram naquela região e que derrubaram pontes, destruíram pontilhões e deixaram intransitáveis as vias de acesso daquelas Comunas com os centros convergentes da região e, em consequência, com a Capital do Estado.

Não pensávamos fossem tamanhos os prejuízos causados pelas intempéries, mas hoje pela manhã começaram a chegar à Capital do Estado, para relatarem os acontecimentos, os Prefeitos Municipais de Salto do Lontra, Santa Isabel do Oeste, Eras Marques, Ampere, Pato Branco, Francisco Beltrão e São João. Outros Prefeitos segundo as informações que estão chegando, não conseguiram se deslocar à Capital, em consequência da impossibilidade total de se locomoverem, face à inexistência de estradas transitáveis.

Nesta oportunidade em que o sudoeste paranaense mais uma vez se vê frente a tão calamitosa situação, é a oportunidade desta Casa apelar ao Sr. Governador do Estado para que determine ao Sr. Secretário dos Transportes, ao Sr. Diretor do D.E.R., aos homens responsáveis, para que medidas urgentíssimas sejam adotadas no sentido de minorar o sofrimento daquela população.

Não bastassem esses vultuosos prejuízos materiais na destruição das vias de acesso verificamos, segundo depoimentos dos Prefeitos Municipais, que as lavouras estão quase que totalmente destruídas pelas enxurradas. As enchentes também levaram casas, pocilgas, carregando grande maioria da criação de suínos, uma das fontes principais de nossa riqueza.

As geadas que se abateram no sudoeste paranaense nos últimos quinze dias, também destruíram totalmente a nossa plantação de trigo.

É esta talvez, a pior situação por que passa a população do sudoeste nos últimos vinte anos. Lavouras destruídas, criações disseminadas, pontes, boeiros e estradas completamente destruídos. Não há o que se possa fazer se não, desta Tribuna lançar um S.O.S., um pedido de socorro às autoridades estaduais. Impossível pretender-se, com os poucos recursos de nossas municipalidades, que seja resolvida a situação com urgência, a tempo de permitir que a região volte à normalidade.

É necessário que o Governo do Estado, mais do que nunca atenda extraordinariamente, procurando recursos onde estejam, para possibilitar ao sofrido sudoeste paranaense o atendimento urgente, necessário para que não se veja estagnado o seu desenvolvimento.

Pedi, há poucos instantes, uma entrevista dos nossos Prefeitos do Sudoeste com o Sr. Governador do Estado. E, na impossibilidade de S. Exa. recebê-los que o faça o Sr. Chefe da Casa Civil, para que do Palácio Iguaçu emanem determinações no sentido de virem a ser atendidas as suas justas reivindicações.

Fica o apelo desta Tribuna, e quero crer, o espírito de justiça, de homem público que tem presidido os atos do sr. Governador do Estado, há de nortear o seu coração, a fim de que se possa dar, a esses Prefeitos Municipais, o atendimento necessário, e será, da parte deles Prefeitos a palavra de conforto, de esperança que haverão de transmitir às suas populações.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Igo Losso, segundo orador inscrito para o Grande Expediente.

Ocorre, hoje, a comemoração de um acontecimento de grande significado para o mundo educacional do nosso Estado.

Hoje, como cerimônia oficial, a Câmara Municipal de Curitiba, numa sessão solene, à noite estará homenageando um insigne mestre, um dos pioneiros educacionais de nosso Estado pelo transcurso de seu centenário de nascimento. Refimo-me ao professor Elycio de Oliveira Vianna.

A Comissão de festejos elaborou um sintético relatório de todas as atividades desenvolvidas por aquele inesquecível homem, por aquele insigne mestre que tudo deu de sua vida para que, hoje, o Paraná e o Brasil pudessem alcançar um lugar de destaque no que diz respeito à educação de seu povo.

E, rapidamente, quero, nesta oportunidade, como homenagem àquele pioneiro, como homenagem àqueles que ainda hoje mantêm essa grande obra,

quero ler o sintético histórico e depois, submeter a apreciação da Casa um Requerimento em homenagem àquele estabelecimento educacional e à sua entidade mantenedora.

(Lendo): "Elycio de Oliveira Vianna, filho de Bento de Oliveira Vianna e Bárbara Maria Vianna, nasceu em Antonina, a 29 de setembro de 1872.

Ainda jovem, veio para Curitiba onde fundou, em 1897, o Colégio Vianna, estabelecimento de ensino modesto, mas iluminado pela chama de seu grande ideal: conduzir como verdadeiro pedagogo, crianças pelo caminho do saber e da virtude. Desaparecido aquele que teve existência efêmera pelas dificuldades financeiras decorrentes de sua manutenção como escola de bom gabarito, fundou, anos depois, em 25 de março de 1925, o Colégio Novo Ateneu, juntamente com Rosala Garzuze Milton Vianna, João de Oliveira Vianna, Ana de Oliveira Vianna e outros idealistas.

Mais tarde, em 1944 o Colégio Novo Ateneu passou a integrar o patrimônio da Associação de Ensino Novo Ateneu, fundada por Milton Vianna, com a colaboração de João de Souza Ferreira e outros, para dar continuidade à obra de Elycio Vianna, difundindo no Paraná o ensino de vários níveis, tanto que suas atividades se espraiaram pelo interior do Estado, com a criação, na Lapa, do Ginásio General Carneiro e da Escola Normal Novo Ateneu, e, em Cornélio Procopio, do Ginásio Cornélio Procopio educandários esses posteriormente estadualizados. Por fim a Associação limitou-se ao desenvolvimento de sua ação educativa apenas na Capital. Surgiram, então, em Curitiba, a Escola Técnica de Comércio Novo Ateneu, a Faculdade de Direito de Curitiba, o Instituto Paranaense de Assistência Jurídica e a Escola Normal Secundária de Curitiba que atualmente funciona com o nome de Escola Normal Colegial Novo Ateneu.

Além de suas atividades na direção e no exercício do magistério no Colégio Novo Ateneu, o estimado mestre foi catedrático, por concurso em que obteve o 1.º lugar, de Português, na antiga Escola Normal do Paraná e de Frances, no antigo Colégio Paranaense, tendo desempenhado, ainda o cargo de Fiscal do Imposto de Consumo conquistado brilhantemente em memorável concurso de provas, pois classificou-se em 1.º lugar entre inúmeros candidatos.

A Câmara Municipal de Curitiba, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à cidade, conferiu-lhe, em 1958, o título de "Cidadão Honorário de Curitiba".

Depois de sua morte, o Prefeito Ivo Arzua Pereira, pelo decreto 1958, de 20.12.1965, deu a uma das vias públicas de nossa Capital o nome de "Travessa Prof. Elycio Vianna" e o Governador Paulo Pimentel, por proposta do então Secretário da Educação e Cultura, Lauro Rego Barros, deu a um estabelecimento de ensino de Curitiba o nome de "Colégio Prof. Elycio de Oliveira Vianna".

Agora, no transcurso do centenário do seu nascimento, a 29 de setembro, a Câmara Municipal de Curitiba realizará Sessão Especial em sua homenagem e a Associação de Ensino Novo Ateneu, Sessão Solene no seu Salão Nobre. Além disso, sob os auspícios da FUNDEFAR, o "PLANEJAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DO COLEGIO NOVO ATENEU DO REGIME INSTITUÍDO PELA LEI 5692, de 11.08.1971", considerado "obra didática de alto gabarito" pelo Conselho Estadual de Educação, será publicado a fim de que, como recomenda a relatora Prof.ª Sarah Sartori, Conselheira daquele colendo órgão, "outros usufruam do seu excelente conteúdo".

Tal publicação é a melhor homenagem à memória de Elycio de Oliveira Vianna, no centenário do seu nascimento, pois ele possibilitou com a sua valiosa contribuição à causa da educação através de um trabalho que reflete, no mais íntimo do seu conteúdo, no substrato da matéria que recebeu forma tão apreciada, a luminosidade do mentor intelectual e moral da entidade, a replandescência do seu grande espírito".

Sr. Presidente, srs. Deputados. Na oportunidade, apresento à Mesa, o requerimento seguinte: (lendo):

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de regozijo, pelo transcurso do Centenário de nascimento do insigne mestre Elycio de Oliveira Vianna, que transcorre em data de hoje.

O professor Elycio de Oliveira Vianna, foi um dos incansáveis pioneiros da obra educacional em nosso Estado, com a fundação de uma das entidades exponenciais e tradicionais que tantos serviços tem prestado a comunidade do Paraná — a Associação de Ensino Novo Ateneu mantenedora da Faculdade de Direito de Curitiba, Colégio Novo Ateneu, Escola Técnica de Comércio Novo Ateneu, Escola Normal Secundária de Curitiba, Curso Primário, Curso de Legislação Sindical e do Trabalho no Paraná, Instituto Paranaense de Direito do Trabalho e Instituto de Assistência Judiciária.

Como se pode verificar, cresceu e frutificou a semente lançada pelo homenageado em 1.897, quando inicialmente fundou o Colégio Vianna em Curitiba.

Assim, pelos relevantes serviços prestados por aquele grande idealista do passado, as nossas homenagens à Família Vianna que tem sido o sustentáculo e a impulsionadora do grande empreendimento educacional do povo paranaense.

Requeiro, outrossim, aprovada a presente, dê-se ciência da decisão da Casa à Associação de Ensino Novo Ateneu.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1972.

Era só Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do sr. Deputado Francisco Escorsin, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 87/72, concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Exmo. Sr. Dr. Alfredo Buzaid, DD. Ministro de Estado dos Negócios da Justiça da República Federativa do Brasil. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 116-72, Mensagem n.º 30/72, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva doar à União, um imóvel de

propriedade do Estado do Paraná, sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital e com as confrontações que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 117/72, Mensagem n.º 31/72, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva doar à União, o imóvel de propriedade do Estado, sito à Avenida 7 de Setembro nesta Capital, onde se acha edificado o prédio sede da Escola Técnica Federal do Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 127/72, Mensagem n.º 38/72, encaminhando anteprojeto de Lei que eleva vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e as funções gratificadas dos Quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e, ainda, os do Tribunal de Contas e dos integrantes da Polícia Militar do Estado. — **Aprovado.**

3a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 27/72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 146/72, aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a União Federal, objetivando execução a nível Estadual do Su-Programa de apoio Governamental à implantação do Plano Nacional de Sementes — **AGIPLAN**, visando acelerar produção e utilização de sementes melhoradas, segundo o Plano Nacional de Sementes PLANSEN. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 307/70, de autoria do Dep. Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo a instituir uma Fundação Educacional, no Município de Cruzeiro do Oeste, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 20/71, de autoria do Deputado Gilberto Rezende de Carvalho, cria uma Inspeção Regional de Ensino na sede do Município de São Pedro do Ivaí. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 269/71, de autoria do Dep. Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a pensão mensal de Ester de Oliveira Ribas, concedida pela Lei n.º 4.302, de 23-12-60. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 56/72, de autoria do Dep. Fabiano B. Côrtes e Cândido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Toledo, uma motoniveladora, marca "HUBERWARCO", pertencente ao D.A.T.M. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 112/72, de autoria do Dep. João Mansur, declara de Utilidade Pública o "Hospital Amazonas Pereira, Caldas", com sede no Município de Pinhão. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

2a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 12/72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Promoção Social Isabelense, com sede na cidade de Santa Izabel do Ivaí. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 132/72, de autoria do Dep. Marciano Baraniuk, declara de Utilidade Pública a "Sociedade Paranaense Divina Providência", com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

1a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 183/71, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo a criar, uma Escola Profissional para recuperação de menores delinquentes, nesta Capital, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 183/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar em Curitiba uma Escola Profissional para recuperação de menores delinquentes.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária prevista para o ano de 1972.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1971.

a) Dep. Maurício Fruet.

JUSTIFICATIVA:

Um dos principais obstáculos ao pleno desenvolvimento do povo brasileiro encontra-se na extrema precariedade da rede nacional de ensino, destinada à preparação da infância e da juventude. O progresso experimentado pelo País nos últimos dez anos tornou mais nítida a incapacidade de nosso sistema de educação. Em face da identificação dos processos produtivos na indústria e na agricultura, revelam-se ostensivamente as graves deficiências desse ensino, incapaz de formar a força de trabalho altamente qualificada que o desenvolvimento nacional requer.

A contradição é flagrante entre a carência da educação e os reclamos de qualificação para as novas atividades produtivas. Embora tenha o País, nos últimos anos, devotado em todas as esferas do poder mais recursos e mais energia às tarefas educacionais do que em qualquer outra época, tornou-se, todavia, mais consciente das falhas do seu sistema de ensino. Escolas foram constituídas. Professores foram formados. A qualidade do material didático foi melhorada.

Mas, ao mesmo tempo, jamais o Brasil se manifestou tão inconformado com o seu sistema educacional e jamais a educação representou para todas as camadas do povo aspiração tão candente quanto agora representa. É que estamos diante de um reflexo de transformações que se processam no cerne mesmo do corpo social brasileiro. Através dessas transformações, deixamos de ser aquela sociedade arcaica, conformada com o seu atraso, em que as técnicas produtivas eram transmitidas oralmente de pessoa a pessoa. Queremos ser agora uma sociedade moderna. Mas esta terá que se basear na educação formal, com a produção fundada, não na tradição oral, ou no saber vulgar, mas na ciência e na tecnologia mais desenvolvidas.

Veja-se o caso das escolas existentes em nosso Estado, para os menores delinquentes. Os seus problemas são enormes. A falta de condições de espaço, de higiene e, acima de tudo, do que fazer, fazem desses estabelecimentos de ensino um campo aberto à ociosidade. Ao invés da reeducação e recuperação, elas conduzem esses menores a uma progressiva marginalização.

Esse problema, que dia-a-dia constitui a tônica das manchetes dos jornais, precisa ser encarado com seriedade pelos Poderes Públicos. Urge reorientar a educação desses jovens para o bem deles, da sociedade e das necessidades do sistema produtivo. A reorientação dessas escolas, cremos, e seu reajustamento às condições de fato, permitirá que passe a exercer papel da mais extraordinária importância no processo estadual de desenvolvimento.

Por outro lado, é preciso que se diga que a Escola Profissional oferece inúmeras vantagens, a começar pelo seu próprio nome, que dá ao menor, nova oportunidade de recuperação, de utilidade à sociedade para a qual se bus-

ca integrá-lo. Nela, através do ofício que se ensinará, será mais fácil galgar esse menor a uma posição social na comunidade.

Através da Escola Profissional, a política educacional do Governo, baseada na consciência desse problema, refletirá, essencialmente, o reconhecimento de que o sistema educacional deve prontamente ampliar-se e aprimorar-se.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 183/71

AUTOR: Dep. Maurício Fruet

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar, nesta Capital, uma Escola Profissional para recuperação de Menores Delinquentes, na forma e como especifica".

P A R E C E R

1.) A iniciativa em questão foi elaborada atendendo ao que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) Mencionado Projeto de Lei não apresenta nenhum óbice constitucional ou legal.

Quanto a sua oportunidade, não há o que se anteponha.

3.) Assim, pois, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Emílio Carazzai

Igo Losso

Cândido M. de Oliveira

Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 183/71

AUTOR: Maurício Fruet

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo criar, uma Escola Profissional para Recuperação de Menores Delinquentes, nesta Capital e dá outras providências.

P A R E C E R

O presente projeto de lei, não apresenta matéria financeira para ser analisada, pois trata-se de mera autorização.

Quanto ao mérito, é matéria de alto alcance, merecendo a acolhida dos nobres Deputados desta Casa.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em outubro de 1971

aa) — Leopoldo Jacomet — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Santes Lima

Ovidio Franzoni

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 183/71

AUTOR: Dep. Maurício Fruet

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar, nesta Capital, uma Escola Profissional para recuperação de Menores Delinquentes, na forma que especifica".

P A R E C E R

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Dep. Maurício Fruet, pretende criar nesta Capital, uma Escola Profissional para recuperação de Menores Delinquentes.

Pelas próprias razões da justificativa e os respeitáveis pronunciamentos das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, nos convence plenamente da necessidade de ser criada a referida Escola Profissional.

Assim sendo, opinamos pela aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) — Antônio Lopes Júnior — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Cândido M. de Oliveira

1a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 186/71, de autoria do Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo, construir uma cadeia pública e uma Delegacia de Polícia na sede do Município de Guaraniáçu. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 186/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma Cadeia Pública e uma Delegacia de Polícia na sede do Município de Guaraniáçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1971.

a) Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho

JUSTIFICATIVA:

A ordem pública é um dos anseios maiores do laborioso povo paranaense. Assim, deve-se legislar no intuito de materializar esse desejo; a construção de Cadeias Públicas e Delegacias de Polícia, dentro dos requisitos modernos para funcionamento, no que concerne à segurança, confortabilidade e higiene, deve ser meta prioritária para os responsáveis pelo bem estar e pela paz do profícuo povo do Paraná. Com os prédios construídos, toda a vasta região será beneficiada, pois tanto os representantes da lei laborarão com mais conforto como os rompedores da ordem estarão com mais firmeza isolados do seio da sociedade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 186/71

AUTOR: Dep. Antonio Franco Ferreira da Costa Filho

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo construir uma cadeia pública e uma delegacia de polícia na sede do Município de Guaraniáçu.

P A R E C E R

1) — Pretende o legislador que se autorize o Poder Executivo a levar a efeito duas obras de real interesse à comuna de Guaraniáçu: uma cadeia pública e uma delegacia de polícia.

2) — Trata-se de mera autorização ao Executivo, o que pela sua natureza, constitui norma desta Comissão a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971.

- an) **Emílio Carazzai** — Presidente
Muggiati Filho — Relator
Odilon Reinhardt
Gilberto Carvalho
Cândido M. de Oliveira
Borsari Netto
Armando Querioz

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 186/71

A presente proposição já devidamente justificada, não apresenta nenhum impedimento de ordem financeira, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971

- aa) **Leopoldo Jacomet** — Presidente
Maurício Fruct — Relator
Fuad Nacli
Santos Lima

COMISSÃO DE POLÍCIA

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 186/71

I — O Projeto é da lavra do eminente Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa, que, com sua iniciativa, pretende, na forma de autorização ao Poder Executivo, a construção de uma cadeia pública e de uma sede para Delegacia de Polícia, no Município de Guaraniãçu.

II — A justificativa que acompanha o plano de lei é de molde a convencer, mesmo porque, como assevera o nobre parlamentar, "a ordem pública é um dos maiores anseios do laborioso povo paranaense".

III — Nada a obstar.

Pala aprovação, s.m.j.

Sala das Comissões, em 29 de maio de 1971.

- aa) **Aquinaldo P. Lima** — Presidente
Paulo Peli — Relator
Antônio Belinati

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 186/71

De autoria do Deputado Antonio Costa, o Projeto de Lei em análise, visa autorizar o Poder Executivo a construir uma cadeia pública e uma delegacia de polícia na sede do Município de Guaraniãçu.

Trata-se de simples autorização legislativa, nada havendo que impeça a aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1972.

- aa) **Borsari Netto** — Presidente
Lázaro Dumont — Relator
Hélio Manfrinato
Gabriel Manoel
Xenofonte Villanueva

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 256/71, de autoria do Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Icaraíma a Querência do Norte. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 256/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Icaraíma a Querência do Norte, em um trecho aproximado de 25 kms.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27-10-71

- a) — **Antônio Franco Ferreira da Costa**

JUSTIFICATIVA:

A presente Lei tem por finalidade diminuir os encargos pecuniários dos Municípios citados, no que concerne à conservação e melhoria do trecho de estrada mencionado. A atualização dessa via rodoviária de acesso às duas cidades, propiciará acentuada melhoria no tráfego bem como dará oportunidade, com os recursos estaduais, encurtar o trajeto com relativa modernização. Desta maneira, submetemos à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 256/71

AUTOR: Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada que liga o Município de Icaraíma a Querência do Norte, na forma e como especifica".

P A R E C E R

1.) O Projeto de Lei supra referido foi elaborado na forma em que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno, eis que vem articulada e justificado.

2.) Importa a medida em simples autorização legislativa, e, por outro lado, não resulta em desrespeito às normas constitucionais e legais.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa de seu ilustre Autor.

3.) Nestas condições, opinamos pela aprovação da Proposição ora em exame.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30-11-71

- aa) — **Wilson Brandão** — Presidente
Sebastião Rodrigues Júnior — Relator
Gilberto Carvalho
Muggiati Filho
Arthur de Souza
Igo Losso

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 256/71

P A R E C E R

1.) A presente Proposição, de autoria do nobre Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, visa a autorizar o Poder Executivo a transferir para a responsabilidade do D.E.R. a estrada que liga Icaraíma a Querência do Norte.

2.) Sobre a matéria a douda Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer favorável.

3.) Quanto ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972

- aa) — **Fuad Nacli** — Presidente
Antônio Belinati — Relator
Odilon Reinhardt
João Fadel

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N.º 256/71

P A R E C E R

O Projeto de Lei em exame, de autoria do Deputado Antônio Costa, autoriza o Poder Executivo a transferir para o D.E.R. para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Icaraíma a Querência do Norte, e num trecho de aproximadamente 25 kms.

A justificativa do Autor nos convence da medida solicitada, e tratando-se de mera autorização Legislativa, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1972.

- aa) — **Borsari Netto** — Presidente
Lázaro Dumont — Relator
Hélio Manfrinato
Gabriel Manoel
Xenofonte Villanueva

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Wenceslau Glaser Neto. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do Centenário de nascimento do Professor Elycio de Oliveira Vianna, Patrono da Associação de Ensino Novo Ateneu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, lido da Tribuna, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do Centenário de nascimento do Professor Elycio de Oliveira Vianna, que transcorre em data de hoje. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato constante do Expediente, solicitando voto de congratulação à Fundação TELEPAR, órgão que congrega os funcionários da Companhia de Telecomunicações do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos ao Sr. Governador do Ceará, pelo prestigiamto ao Poder Legislativo que demonstrou durante o VI Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos aos Deputados Adauto Bezerra, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e Vilmarino James, Presidente da U.P.L., pela brilhante organização do VI Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para o próximo dia 9, segunda feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 112-71, 12-72 e 132-72;

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 183-71, 183-71 e 256-71;

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19-72 e dos Projetos de Lei n.ºs 141-67, 210-71, 265-71, 21-72, 73-72, 137-72

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

2a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA
ATA DA 5a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões das Comissões Técnicas, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do senhor deputado Francisco Borsari Neto, presentes os senhores deputados, Lázaro Dumont, Xenofonte Villanueva, Gabriel Manoel e Hélio Manfrinato, havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos. Lida a Ata da Sessão anterior pelo senhor Secretário, foi a mesma aprovada sem observações. Nada constando do Expediente, passou-se à ORDEM DO DIA: — PROJETO DE LEI N.º 272/71 — de autoria do senhor deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, construir através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, um prédio para o Ginásio Estadual da Sede do Município de Iguaraçu, relator deputado Lázaro Dumont, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada, bem como pelo senhor Presidente.

- a) **Francisco Borsari Neto** — Presidente
a) **Roberto Diniz Satyro** — Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

2a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA
ATA DA 6a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões das Comissões Técnicas, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do senhor deputado Francisco Borsari Neto, presentes os senhores deputados Lázaro Dumont, Xenofonte Villanueva, Gabriel Manoel e Hélio Manfrinato, havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos. Lida a Ata da Sessão anterior pelo senhor Secretário, foi a mesma aprovada sem observações. Nada constando do Expediente, passou-se à ORDEM DO DIA: — PROJETO DE LEI N.º 142/71 — de autoria do senhor deputado Lázaro Dumont, que autoriza o P.E. construir através do D.E.R., uma ponte sobre o Rio Tibagi, ligando Tamarana a Terra Nova, nos Municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra, relator deputado Xenofonte Villanueva, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 205/71 — de autoria do senhor deputado Lázaro Dumont — Ivo Tomazoni, que autoriza o P.E. firmar convênio atra-

vés da Secretaria dos Transportes, com a Prefeitura Municipal de Cap. Leonidas Marques, para construção de uma ponte sobre o Rio Andradá, conforme específica, relator deputado Xenofonte Vilanueva, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 209/71 — de autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, que transfere a responsabilidade do D.E.R., a estrada que liga os Municípios de Santa Izabel do Oeste, Salto do Lontra e Dois Vizinhos, passando por Pinhal da Vargem e Alto Bela Vista, relator deputado Xenofonte Vilanueva, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 31/72 — de autoria do senhor deputado Leopoldo Jacomet, que autoriza o P.E. firmar convênio através da Secretaria dos Transportes, com a Prefeitura de Piraquara, para construção de uma ponte em alvenaria sobre o Rio Iraí, relator deputado

Xenofonte Vilanueva, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 77/72 — de autoria do senhor deputado Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o P.E. através do D.E.R., firmar convênio com o Município de Cambira, para execução dos serviços de asfaltamento na estrada que liga a sede do referido Município à B.R. 376 — Rodovia do Café, relator deputado Xenofonte Vilanueva, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada, bem como pelo senhor Presidente.

- a) Francisco Borsari Neto — Presidente
- a) Roberto Diniz Satyro — Secretário